

Diário do Legislativo de 16/05/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Comemorar o Dia da Independência de Israel

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/5/2006

Presidência do Deputado Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução dos Hinos de Israel e do Brasil - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Sr. Sílvio Musman - Entrega de placa - Palavras do Sr. Rafael Singer - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Fábio Avelar - Carlos Gomes - Doutor Viana - João Leite - Miguel Martini.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Capitão Divaldo Medrado, representando a Força Expedicionária Brasileira - FEB -; Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta comemoração; Rafael Singer, 1º-Secretário da Embaixada de Israel no Brasil; e Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Stefan Salej, Diretor da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, ex-Presidente da Fiemg; Henry Katina, Presidente da Associação Israelita Brasileira - AIB -; Joseph N., ex-Presidente da Associação Israelita Brasileira - AIB -; Jaime Eduardo Cohen Aronis, Diretor Executivo da Federação Israelita de Minas Gerais; Pastor Elmano Pio dos Santos, representando o Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos do Estado de Minas Gerais, em nome de quem estendemos nossas saudações a todos os pastores e pastoras que nos alegram com sua presença; do Sr. Eduardo Kuperman, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; de Cléber Prado Fonseca, Delegado de Polícia Federal; de Jacques Ernest Levy, Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro; dos alunos da Escola Municipal Henriqueta Lisboa, do Programa de Educação para a Cidadania; e dos representantes do Movimento Habonim Dror e do Rabino Leonardo Alanati.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar o Dia da Independência de Israel.

Execução dos Hinos de Israel e do Brasil

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino de Israel e, a seguir, o Hino do Brasil, os quais serão interpretados pelo barítono Israel Balabran, acompanhado pela tecladista Edméa Aguiar.

- Procede-se à execução dos Hinos de Israel e do Brasil

Palavras do Deputado João Leite

Convido os presentes a fazermos um minuto de silêncio em memória dos 12.703 soldados israelenses que morreram nas guerras em defesa da existência de Israel e das mais de 2 mil pessoas vítimas de atentados terroristas. Gostaria de incluir nesta homenagem Rachel Cohen, grande ativista da comunidade que nós perdemos recentemente. Queria, então, que observássemos este minuto de silêncio.

- Faz-se um minuto de silêncio.

Obrigado. Exmo. Sr. Deputado Miguel Martini, Líder da Maioria nesta Casa, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres; Sr. 1º-Secretário da Embaixada de Israel no Brasil, Rafael Singer; Sr. Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, Sílvio Musman; Exmo. Sr. Cônsul da Polônia, Jerzy Markiewicz; e Sr. Cap. Divaldo Medrado, representando a Força Expedicionária Brasileira. Quero saudar também a Profa. Rosane Marques, Presidente da Utramig; os pastores, as pastoras e todos os que vieram a esta reunião especial pelo transcurso do dia da Independência de Israel.

Senhoras e senhores, minha pretensão inicial, considerando que estamos reunidos para comemorarmos os 58 anos de Independência do Estado de Israel, uma data festiva, era tão-somente exaltar a qualidade deste povo democrático, de tantas contribuições à humanidade, em especial nas ciências e na tecnologia.

Mas, ao ler nos principais jornais do País as ameaças que Israel tem sofrido, chegando-se a dizer que essa nação tão amada deve ser 'varrida do mapa', não posso calar-me. Ainda hoje, durante a Conferência de Jacarta, essas ameaças foram reafirmadas. Não posso e não devo calar-me, pois seria o mesmo que concordar com a extinção das raízes do cristianismo, do judaísmo e do próprio islamismo.

A nação que, há 3.700 anos, tem proclamado que só o Senhor é Deus, conforme nos conta o profeta Isaías, no capítulo 49:6, e que passou pela provação do holocausto, quando 6 milhões de judeus foram executados de forma covarde, insana, e não se entregou, certamente, nada mais neste mundo a fará curvar-se.

Enganam-se aqueles que provocam Israel com discursos belicosos, ou lançando foguetes em seu território. A história militar de Israel é feita tão-somente de vitórias, duras, dolorosas e motivadas pela mesma fé de Davi ao lutar contra Goliás, a despeito da inferioridade numérica nos combates que travou.

O terrorismo também não há de prevalecer, porque Israel tem sido apoiada pela comunidade internacional, que a respeita e reconhece sua aptidão para viver de forma solidária e em paz, sem distinção de raça e religião.

Aproveito a oportunidade para deixar um alerta ao governo brasileiro, que, deliberadamente, tem-se omitido nessa questão, porque amordaçou seus diplomatas e entregou a política externa a um companheiro petista, que tem mostrado desconhecimento e inabilidade para a função.

Até hoje nada sabemos sobre o Engº José João de Vasconcelos, seqüestrado no Iraque há 16 meses; o Brasil ainda não se pronunciou sobre o massacre de 300 mil negros cristãos, iniciado em 2003, em Darfou, no Sudão, que está resultando em mais de dois milhões e quatro mil desabrigados, metade deles está ferida. E o que dizer do episódio da Petrobras na Bolívia, em que o Brasil perdeu o investimento de US\$1.000.000.000,00? E a frustração ao descobriremos que perdemos a liderança da América Latina para Hugo Chávez?

Mas, voltando a falar do espírito pacifista do povo judeu, vejo claramente essa aptidão materializada, especialmente, nas pessoas de três Ministros: Menachem Begin, Shimon Peres e Yitzhak Rabin, todos laureados com o Prêmio Nobel da Paz.

Resistir ao reconhecimento do Estado de Israel é muito mais que lutar contra o judaísmo, que está alicerçado em valores universais. Resistir à soberania de Israel é estar contra o próprio Deus, pois foi Jeová quem disse: "Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz."

Obrigado Israel, Estado e povo, por terem resistido e permanecido fiéis à promessa divina. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sílvio Musman

Exmos. Srs. Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Rafael Singer, 1º-Secretário da Embaixada de Israel no Brasil; Pierre Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Cap. Divaldo Medrado, representando a FEB; Deputado João Leite, grande amigo e autor do requerimento que originou esta homenagem, muito obrigado.

Cumprimento ainda os ativistas da comunidade judaica, os pastores, as senhoras e os senhores.

Todo povo tem direito à existência; todo povo tem direito ao respeito por sua identidade nacional e cultural; todo povo tem o direito de conservar a posse pacífica do seu território e de retornar a ele em caso de expulsão; nenhuma pessoa pode ser submetida, por causa de sua identidade nacional ou cultural, ao massacre, à tortura, à perseguição, à deportação, à expulsão ou a condições de vida que comprometam a identidade ou a integridade do povo ao qual pertence; todo povo tem o direito de falar sua língua, de preservar e desenvolver sua cultura, contribuindo, assim, para o enriquecimento da cultura da humanidade; todo povo tem direito às suas riquezas artísticas, históricas e culturais. Estes são alguns dos artigos que constam da declaração universal dos direitos dos povos, a chamada Carta de Argel, documento da Organização das Nações Unidas - ONU.

O 58º aniversário da independência do Estado de Israel coincide com um ano marcante, já que, após milhares de anos, a população judaica em Israel ultrapassa, em números, qualquer outra comunidade judaica que vive na diáspora. Viver na diáspora é um fenômeno bastante conhecido do povo judeu. A presença judaica na terra que hoje recebe o nome de Israel data de inúmeros séculos que antecedem a nossa era atual, sendo, inclusive, anterior à presença de outros povos que também a reivindicam.

Negar o direito de posse e autodeterminação do povo judeu pela sua terra é fraudar a história, tentando construir, junto às novas gerações, o falso conceito da não-existência dos judeus naquela região, como estratégia de manobras junto à indústria da informação, para resolver conflitos cuja origem não residem nessa afirmação. Viver longe de sua terra e a ela retornar tornou-se, ao longo da história, evento repetitivo na trajetória existencial desse povo, que, apesar das inúmeras expulsões, retaliações, perseguições, nunca abriu mão de seu legítimo direito de existência, preservando sua religião, sua cultura e, principalmente, sua identidade, ou seja, seu sentimento de pertencimento a um grupamento humano com características semelhantes.

Não foram esses obstáculos ao longo da vida que nos desestimularam; ao contrário, fortificaram-nos para lutar de forma unida pela reconquista da terra prometida. Por essas e outras razões tratamos como absolutamente inaceitáveis, incabíveis e dignas do repúdio de todas nações que se julgam civilizadas as declarações do atual ocupante do cargo de Presidente do Irã, quando preconiza a destruição não só de Israel, mas também do povo judeu, tentando fazer da mobilização popular em torno do inimigo comum uma cortina de fumaça escura que ofusque a visão de seus cidadãos sobre o total desrespeito aos direitos humanos que assolam diversos regimes autoritários, teocráticos e déspotas que caracterizam a região.

A criação do Estado de Israel é o fato mais marcante na história contemporânea do povo judeu, motivo de muito orgulho para todos nós, para todas as comunidades judaicas ao redor do mundo, as quais, desde sua criação, nunca pouparam esforços para ajudar na sedimentação do Estado, no seu crescimento, desenvolvimento, ocupação humana e transformação no que hoje se apresenta como uma das mais avançadas nações do mundo progressista. O intenso investimento no ser humano, na educação, na formação e na capacitação colocam o Estado de Israel numa posição de destaque perante outros países, em diversas áreas, como agricultura, informática, biotecnologia, nanotecnologia e outras mais. Incomoda pelo fato de ter-se transformado na nação mais democrática da região, com absoluto respeito às instituições e ao acesso de qualquer cidadão às esferas da Justiça. Prova disso é o direito de cidadania a todo indivíduo nascido em solo israelense, seja de origem judaica, seja de outra origem.

A visualização do que era quando da declaração de sua independência para o que hoje encontramos surpreende pelo incrível avanço em tão poucos anos.

Representante do pensamento democrático progressista, que caracteriza o pensar de todo um conjunto de países e povos, principalmente do mundo ocidental, Israel deveria ser utilizado como representante deles. Mas, ao contrário, vê-se obrigado a conviver, ainda hoje, com o duplo padrão de cobrança do comportamento das nações, como denuncia o advogado e escritor Alan Dersovitch.

Denuncio aqui também a atual iniciativa do mundo acadêmico britânico de boicotar as instituições de ensino e pesquisa israelenses, como instrumento de pressão política, esquecendo-se de tão ilustres e brilhantes acadêmicos, de suas questões locais, de negação aos direitos de autodeterminação existentes em inúmeros conflitos vizinhos, como na Irlanda, com os bascos, os curdos ou como a ocupação turca do Chipre e outros mais.

A celebração do aniversário de independência de Israel diz respeito também ao povo brasileiro, pois nunca vamos esquecer que foi sob o comando do brasileiro Osvaldo Aranha, Presidente da Assembléia das Nações Unidas, que, em 1947, foi aprovada a resolução da ONU que criava dois Estados palestinos, um árabe e outro judeu.

Muitos esquecem ou fazem questão de esquecer que a origem da não-existência de um Estado independente palestino árabe hoje é fruto da recusa dos países árabes em reconhecer tal resolução, declarando guerra ao recém-criado Estado de Israel e desencadeando então todo o processo que hoje culmina com o sofrimento do povo palestino. A presença judaica no Brasil pode ser documentada, praticamente, desde o seu descobrimento.

Fruto das inúmeras migrações forçadas que o povo judeu necessitou realizar ao longo da história, aqui também se instalaram judeus buscando, como tantos outros, encontrar um local seguro para o seu assentamento e prosperidade. Nesse sentido, representantes do povo judeu participaram e, até hoje, participam dos diferentes ciclos de desenvolvimento econômico que colocam nosso Brasil como uma das principais nações mundiais.

Nestes mais de 500 anos, novas ondas de imigração judaica ao Brasil ocorreram, como na ocupação holandesa do Nordeste, de onde uma caravana de judeus expulsos por perseguição religiosa acabou fundando tão-somente a cidade de Nova Iorque.

A última grande leva de imigração judaica ocorreu por ocasião da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil abriu suas portas para receber aqueles que fugiam da perseguição nazista, que encontraram aqui porto seguro à sua sobrevivência e à de seus descendentes, como é o caso de muitos entre nós, motivo pelo qual somos eternamente gratos a esta Nação, que nos acolheu, assim como o fez com outros segmentos étnicos, que aqui hoje vivem e convivem harmonicamente, a despeito da existência de conflitos em outros lugares.

As relações entre o Brasil e Israel também evoluíram muito nos últimos anos, principalmente na esfera do comércio exterior e da cooperação técnico-científica. Dados extraídos da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil mostram que o montante de comércio corrente entre o Brasil e Israel cresceu de U\$63.000.000,00, em 1985, para U\$181.000.000,00, em 1995, e U\$730.000.000,00, em 2005, ou seja, um aumento de mais de 1000% em 20 anos, bem superior aos resultados da balança comercial entre o Brasil e outros países de semelhante situação geodemográfica.

São por esses motivos que nós, brasileiros de origem judaica, sentimo-nos tão honrados e orgulhosos em celebrar esta data na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Casa do povo mineiro, assistindo a um avanço tanto de Israel, nossa pátria espiritual, terra do povo judeu, quanto de suas relações com nosso querido Brasil.

Encerro minha fala novamente reafirmando nossos votos, esforços e preces pelo avanço das negociações pela paz no Oriente Médio, rumo à coexistência pacífica e ao mútuo reconhecimento do Estado de Israel e de um Estado soberano e autônomo palestino. Obrigado. Boa-noite!

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Sílvio Musman. Solicitamos a estes, bem como ao Sr. Rafael Singer e ao Deputado João Leite, que se posicionem no local indicado para a cerimônia. A placa contém os seguintes dizeres: "Há 58 anos, o Estado de Israel foi estabelecido como fruto do trabalho obstinado de reagrupamento dos judeus em torno de um território. Essa independência permitiu ao povo judeu construir um Estado baseado em liberdade, justiça e paz, com valores culturais, espirituais e políticos de significação nacional e universal. A Assembléia mineira presta a sua homenagem ao povo judeu reunido na terra de Israel e também aos judeus espalhados pelo mundo, incluindo a comunidade judaica em Minas Gerais".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Rafael Singer

Membros da Mesa, senhoras e senhores, estou no Brasil há muito pouco tempo e ainda aprendendo o português. Hoje, celebramos o "Yom Haatzmaut", que, em hebreu, é o dia da independência. É uma celebração da renovação do Estado judeu na terra de Israel, "Eretz" Israel. Durante séculos, o desejo de voltar foi o foco da vida judaica. Hoje a população do Estado de Israel alcança pouco mais de 7 milhões de habitantes, 118 mil a mais que no ano passado. Cerca de 3 milhões de imigrantes de todo o mundo chegaram a Israel desde 1948, incluindo aqueles vindos da ex-União Soviética e dos países islâmicos. Israel é agora um país moderno e vibrante, com uma economia sofisticada, apoiada na alta ciência e na tecnologia, com volume impressionante de pesquisa e desenvolvimento "per capita". Desde o estabelecimento do Estado de Israel, um dos mais desejados acontecimentos foi e continua sendo a paz com nossos vizinhos. Israel demonstrou seu compromisso com a paz e sua capacidade de tomar decisões difíceis, ao implementar, em agosto passado, a retirada dos moradores e das forças israelenses da Faixa de Gaza e da parte da Cisjordânia. Tivemos uma janela de oportunidade para continuar o diálogo com os palestinos e implementar o mapa do caminho da paz. Infelizmente, essa oportunidade foi interrompida com as eleições palestinas e a chegada ao poder da organização terrorista Hamas, que defende ataques terroristas contra Israel e tem como alvo a destruição do nosso país.

O governo israelense enfrenta essa nova situação ao lado da comunidade internacional, especialmente com o quarteto Estados Unidos, União Européia, Rússia e Nações Unidas. O Primeiro-Ministro Ehud Olmert disse em um dos seus últimos discursos: "Eu me comprometo a fazer tudo o que posso para reforçar a segurança do Estado de Israel e para conduzir o país ao caminho da paz".

Quero dizer ao Deputado, em relação as declarações do Presidente do Irã, de que acabará com Israel, que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro de Israel, Simon Peres, declarou ontem que normalmente, em relação a essas pessoas que vão declarar que irão acabar com Israel, em pouco tempo isso não acontecerá. Quero tranquilizar, pois nós, em Israel, não temos nenhum medo desse senhor louco, apesar de esse país ter um programa nuclear. Vamos fazer de tudo para defender Israel do Irã.

Israel e o Brasil mantêm hoje estreitas relações expressas em atividades conjuntas, realização de visitas oficiais mútuas, consultas políticas e uma série de acordos e projetos de cooperação nos campos da agricultura, da pesquisa e do desenvolvimento industrial, da saúde, da segurança pública, da educação e da cultura, entre outros.

Em fevereiro, tiveram início as negociações entre o Mercosul e Israel, com o objetivo de chegar a um acordo de livre comércio. A conclusão desse acordo contribuirá para a futura ampliação do comércio entre o Brasil e Israel.

Quero dizer que estou há pouco tempo no País, mas que acho impressionante a influência da cultura brasileira em Israel, apesar de sermos países muito distantes geograficamente. Mas há influência muito forte da cultura brasileira em nosso país, na área da música e da escola de capoeira.

Eu estava em Israel num matrimônio e vi um casal jogar capoeira na festa. Sinto que o Brasil e Israel têm muitas coisas em comum. O calor humano das pessoas, a cor do céu, e sonhamos em viver em paz e com alegria. Essas coisas são comuns entre Israel e o Brasil.

Estou pela primeira vez com os mineiros aqui, em Belo Horizonte, mas tenho muitos amigos mineiros em Brasília, os quais sempre falavam muito bem de Minas Gerais. Agora entendo o porquê.

Agradeço a todos os da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado. Agradeço em hebreu: primeiro "shalom", que significa "paz"; e "Chag Sameach", "um bom dia de celebração para todos". Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o barítono Israel Balabran, que apresentará as músicas "Yerushalaim" e "Haleluia", acompanhado por Edméia Aguiar.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Rafael Singer, 1º-Secretário da Embaixada de Israel no Brasil; Sílvio Musman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Jerzy Markiewicz, Cônsul da Polônia; Cap. Divaldo Medrado, representando a Força Expedicionária Brasileira; Deputado João Leite, que honra esta Casa com a sua atuação; senhoras, senhores, jovens e telespectadores da TV Assembléia, há 58 anos, num dia 14 de maio, surgiu o moderno Estado de Israel, numa decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, que reconheceu o direito irrevogável do estabelecimento de uma nação judia.

Herdamos do povo judeu alguns dos mais importantes pilares da civilização. No entanto, essa mesma civilização, inicialmente sob a dominação de Roma e Bizâncio, permitiu que, por mais de 3 mil anos, permanecessem os hebreus exilados de sua terra prometida. Seria preciso a trágica experiência do holocausto, com seus 6 milhões de mortos pelo nazismo, para que, diante de tão grande sacrifício, pudessem os judeus regressar à pátria de origem.

David Ben-Gurion representa o primeiro líder do moderno Estado de Israel, cuja fundação veio coroar um esforço lento e contínuo. Sucessivas

vagas de imigrantes judeus chegavam, então, à Palestina, movidos pela degradação da vida na Europa e pelas perseguições sofridas na Segunda Guerra Mundial. Desde então, vem sendo construído um Estado moderno e democrático, mesmo numa longa situação de conflito com os vizinhos árabes.

Num clima de liberdade, trabalho e dignidade, uma comunidade vigorosa fez renascer uma língua, e, com seu potencial financeiro e tecnológico, tem feito o deserto florir e frutificar.

O mundo, que assegura a Israel seu direito de existência, espera, ansiosamente, pelo estabelecimento definitivo da paz, pondo fim a tantas décadas de conflito entre palestinos e judeus. O início efetivo do governo do equilibrado Primeiro-Ministro Ehud Olmert, à frente do partido Kadima, constitui uma esperança de interlocução com o Hamas palestino, após o grande percalço por que passou Israel, desde que seu antecessor, Ariel Sharon, tornou-se fisicamente incapacitado, permanecendo em coma desde o início de janeiro.

Na celebração da independência de Israel, prestamos nossa homenagem a todo o povo judeu, destacando a tão presente e produtiva colônia judaica de Minas Gerais.

Afinal, tantos de nossos valores têm a mesma origem, não bastasse termos em comum os fundamentos de nossa espiritualidade, contidos no livro dos livros: a Bíblia, que é a palavra de Deus.

É exatamente nessa Bíblia que está escrito: "Abençoei os que te abençoem e amaldiçoei os que te amaldiçoem". A terra da Palestina foi dada em posse perpétua. Paulo diz que os chamamentos de Deus são sem arrependimentos, queiram os adversários ou não, queiram os crentes, os descrentes ou não. A ação de Israel é uma ação do povo, escolhida por Deus. Portanto, tem a bênção de Deus, tem a proteção de Deus. O plano de Deus cumprir-se-á da mesma maneira que foi prometido pelo Senhor.

Portanto, prestar homenagem aos 58 anos da independência do Estado de Israel é uma grande honra, uma grande alegria. Lamentamos que um governo insensível e despreparado seja incapaz de uma ação coerente de política externa. Todavia, isso não representa o pensamento e o sentimento do povo brasileiro, mas apenas do governo. Um governo que, por acaso, assumiu o poder, mas, em breve, o povo brasileiro saberá recolocar o governo nos rumos corretos.

Sinto-me honrado de poder presidir esta reunião. Desejo muita paz ao povo judeu, ao nosso, àqueles que nos deram todo o alicerce da nossa fé. Desejamos que, nas próximas comemorações do dia 14 de maio, o processo de paz tenha progredido e se consolidado num exemplo para a humanidade, mostrando-se presente no cotidiano de judeus e palestinos. Parabéns. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial dos Resíduos Sólidos, em 3/5/2006

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Célio Moreira para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação e que os Deputados Irani Barbosa e Gustavo Valadares obtiveram três votos cada um, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Em seguida, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos, declara o Deputado Gustavo Valadares empossado como Vice-Presidente e lhe transfere a direção dos trabalhos. Em seguida, o Vice-Presidente declara o Deputado Irani Barbosa empossado como Presidente e lhe devolve a Presidência. O Deputado Irani Barbosa agradece a escolha de seu nome e designa o Deputado Célio Moreira como relator. Em seguida, o Presidente comunica que, em comum acordo com os membros da Comissão, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 10 horas, no Plenarinho IV desta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2006.

Irani Barbosa, Presidente - Célio Moreira - Gustavo Valadares.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/5/2006

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado André Quintão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Elisa Costa e Jô Moraes e os Deputados Edson Rezende e Weliton Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a aplicação da Lei nº 9.760, de 1989, que dispõe sobre o passe livre para idosos e portadores de deficiência no transporte coletivo intermunicipal, além de colher sugestões de ação legislativa e de aprimoramento da atividade parlamentar quanto ao tema tratado na referida lei. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Ângela Aparecida Dias Barboza, psicóloga, representando a Sra. Eliana Márcia Fialho de Sousa Bandeira, Coordenadora Estadual de Atenção ao Idoso; Zaira Carvalho Silveira, Assessora Jurídica do Sindicato, representando o Sr. Antônio Afonso da Silva, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais - Sindpas -, e os Srs. Milton Henriques de Oliveira, Conselheiro, representando o Sr. Marcelo Armando Rodrigues, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas -; Lindberg Ribeiro Garcia, Presidente do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano e Chefe da Divisão de Fiscalização do DER-MG, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - Weliton Prado - Doutor Ronaldo.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 10/5/2006

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 48/2003, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Laudelino Augusto); e 2.565/2005, na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta (relator: Deputado Doutor Ronaldo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.491 a 6.493, 6.500, 6.527, 6.528 e 6.531/2006. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública em Pirapora, para debater os efeitos do problema do gás, na Bacia do Rio São Francisco; e Jô Moraes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o corte das palmeiras imperiais ocorrido na cidade de Três Corações. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - João Leite - Doutor Ronaldo - Carlos Gomes.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia Da 34ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 16/5/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, concedido à empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, concedido à empresa Dagranya Agroindustrial Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, concedido à empresa Frigorífico Mataboi S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, concedido à empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.625/2004, do Deputado George Hilton, que acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.393, de 6/1/94. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização periódica de assepsia nos tanques de areia utilizados por clubes, parques e estabelecimentos de ensino públicos e particulares em atividades esportivas ou de recreação no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.565/2005, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes, botas e luvas usados por seus empregados no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.235/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Dom Silvério. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.021/2004, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.342/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao Município de Capinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.738/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fortuna de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.887/2005, do Deputado Antônio Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.106/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco de Paula o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto, a realizar-se às 9 horas do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial dos Resíduos Sólidos, a realizar-se às 10 horas do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação dos resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais e os critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.155/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e Projeto de Lei nº 2.528/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.091/2006, do Deputado Mauri Torres.

Requerimentos nºs 6.486/2006, do Deputado Doutor Viana e 6.524/2006, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.861/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.996/2006, do Deputado Sebastião Helvécio.

Requerimentos nºs 6.542, 6.543, 6.544 e 6.545/2006, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.005/2004, do Governador do Estado, e 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.742/2005, do Deputado João Leite; 2.967/2006, do Deputado Durval Ângelo; 2.968/2006, da Deputada Maria Olívia; 2.970/2006, do Deputado Marlos Fernandes; 2.978/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 2.990/2006, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.094/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Requerimentos nºs 6.471/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.530/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.532/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.555/2006, do Deputado Carlos Gomes; 6.556/2006, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.139/2006, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 78/2006, da Procuradoria-Geral de Justiça; Projetos de Leis nºs 2.135/2005, do Deputado Weliton Prado, 2.791/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.040/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 3.198/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.204/2006, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.212/2006, do Deputado Antônio Andrade; 3.214/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.229/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.237/2006, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.240/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.241/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.242/2006, do Deputado Antônio Andrade; 3.243/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.244/2006, do

Deputado Edson Rezende; 3.245/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.246/2006, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.247/2006, do Deputado Ivair Nogueira; 3.249/2006, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 16/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.949/2006, do Governador do Estado; 3.006/2006, do Presidente do Tribunal de Contas.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.236/2006, do Presidente do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.540/2006, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; 6.562/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.566/2006, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2006, às 9h30min, na Câmara Municipal de Ipatinga, com a finalidade de se debater, em audiência pública, a construção do gasoduto da Gasmig no Vale do Aço, com a presença de diversos convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 93/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Gil Pereira e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2006, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 93/2005, do Deputado Durval Ângelo, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2006.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Djalma Diniz, Pinduca Ferreira e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2006, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar pareceres de Redação Final e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2006.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2006, às 14h30min, na Câmara Municipal de Ipatinga, com a finalidade de

debater, em audiência pública, a implantação do Projeto Olho Vivo, com a presença de diversos convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2006, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.006/2006, do Tribunal de Contas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.996/2006

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, o projeto de lei em tela visa dar a denominação de Jacinto Antônio Bissati à rodovia que liga o Município de Pedra Dourada à MG-111.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Em 1895 chegava ao Brasil Jacinto Antônio Bissati, com 8 anos de idade. Proveniente da Itália, desembarca no Porto de Santos e dirige-se, primeiramente, para Juiz de Fora; depois, para Tombos.

Já adulto, instala-se na Fazenda da Serra Jacinto, após seu casamento, em Pedra Dourada, então Distrito de Tombos. Adquire a nacionalidade brasileira e com a ajuda de seus filhos e de outros moradores começa a desenvolver a região. Jamais foi detentor de mandato político, mas construiu uma liderança calcada na seriedade, na solidariedade e na visão de futuro.

Sua descendência irá honrar o seu nome. Serão Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, todos orientados pelo exemplo do patriarca, que faleceu em São Francisco do Glória, aos 97 anos.

A homenagem que se pretende fazer-lhe, dando o seu nome à rodovia que liga Pedra Dourada à MG-111, é justa e oportuna, pois registra o reconhecimento da comunidade desse Município à contribuição de um dos personagens que ajudaram a construir a sua história.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.996/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2006.

Célio Moreira, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/5/2006

O Deputado Fahim Sawan* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, solidarizo-me com todos os funcionários em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Temos de fazer justiça com todos esses servidores contratados. Espero que haja não só a indenização desses servidores, mas que todos sejam aproveitados e possam prestar seu trabalho ao Estado de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, gostaria de deixar clara a intenção deste parlamentar. Que a justiça seja feita. Contem conosco para cerrar fileiras junto a vocês.

Quero agora, Sr. Presidente, referir-me à fala do Deputado Zé Maia quando abordou a morte do padre em Delta, nesta madrugada. É o terceiro homicídio que acontece nessa querida cidade recém-emancipada, Sr. Presidente. Estive hoje em contato com o seu Prefeito, Dr. José Eustáquio, que muito tem trabalhado nesse sentido. Sou testemunha do seu empenho para buscar soluções para Delta, cidade pequena, que

fica às margens do Rio Grande, faz divisa com o Estado de São Paulo e é a primeira antes de se chegar a Uberaba. Com o advento dos canaviais, das usinas, da migração e do aumento da população, é claro que o Município apresenta problemas sociais muito grandes, assim como outros do Triângulo Mineiro. Então, quero deixar aqui o testemunho do trabalho do Prefeito José Eustáquio, que não tem poupado esforços. Ele se encontra hoje em Belo Horizonte buscando a atenuação desse problema, o esclarecimento das outras mortes e principalmente a estrutura adequada para que a cidade de Delta tenha mais sossego e paz. Testemunho ainda o trabalho realizado quando esclarecemos a situação ao Governador, ao Secretário de Segurança do Estado, aos Coronéis da Polícia Militar e aos chefes da Polícia Civil, mostrando-lhes que, naquele momento, era importante que houvesse um aparato maior nessas cidades fronteiriças. Na semana passada, o Governador Aécio Neves demonstrou sensibilidade melhorando o aparelhamento dessas polícias. Esperamos que solucionem e diminuam esse problema na cidade de Delta.

Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna fazer este pronunciamento: Na quinta-feira próxima, dia 11, neste Plenário, a partir das 8h30min, acontecerá o ciclo de debates "Luta contra as Drogas". Será um momento de extrema importância, em que debateremos a prevenção ao uso de drogas, o combate ao narcotráfico e as políticas públicas de atenção, como tratamento e reinserção social do dependente químico. Não tenho dúvida de que a maioria dos problemas relativos à violência que ocorre hoje, em todo o País, devem-se às drogas, que, indiscutivelmente, são as grandes mazelas da humanidade, grassando, de forma indiscriminada, com conseqüências danosas ao futuro das nossas gerações. É um problema de saúde pública global, ao qual não podemos fechar os nossos olhos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, aproximadamente 10% da população dos centros urbanos consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentemente da idade, do sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. São esses detalhes que nos levam a realizar esse ciclo de debates. É exatamente por isso que criamos a Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas.

As estatísticas no Brasil mostram que apenas 30% dos dependentes que procuram tratamento conseguem se livrar completamente do vício. Dados obtidos pelo Centro de Acolhimento do SOS Drogas, em Minas Gerais, no período de 2004 a 2005, registraram que, entre 537 usuários, 9,5% têm o primeiro grau incompleto e 13,6% possuem o primeiro grau completo. A maioria destes tem baixa escolaridade.

Os usuários atendidos começaram a consumir drogas, em média, com 15 anos, sendo que a maioria - 72,4% - começou o consumo entre 12 e 17 anos. Esse dado me assusta muito. Pasmem os senhores! Os 10,2% começaram a usar drogas com menos de 11 anos. Somente 0,4% usaram-nas pela primeira vez após os 40 anos. A grande maioria dos usuários utiliza drogas pela primeira vez na adolescência. Os maiores motivos apontados para o início ao uso das drogas são influência, em primeiro lugar, seguido de curiosidade e problemas familiares.

A idade média dos usuários que procuram o Centro é de 30 anos. No entanto a idade média para o início do consumo é de 15 anos. Na idade adulta, as pessoas começaram a sentir mais os prejuízos causados pelo uso da droga, e as convicções adolescentes de que "nada de ruim acontecerá" e "eu paro quando quiser" caem por terra. Esse é um dado que realmente nos preocupa. Somente 30% conseguem livrar-se do vício nessa idade.

Sabemos que as campanhas de prevenção ao uso de drogas no Brasil têm avançado. Tanto o poder público quanto as organizações não governamentais atuam em uma das frentes dessa famigerada cadeia, ou seja, na contenção do uso das drogas, tendo, como foco, o usuário. Entretanto esses mecanismos não têm sido suficientes para inibir a avalanche da oferta, oriunda do fornecimento do narcotráfico organizado e consolidado como instância paralela de poder no nosso país.

Os grandes contrastes sociais que se acentuam, cada vez mais, com a inevitável globalização, possibilitam, para muitos, como única expectativa de vida e sobrevivência, o mundo do tráfico. O exército de marginalizados e excluídos se avoluma e ganha força com contingentes inesgotáveis para o seu aliciamento.

Deputados, precisamos voltar os olhos às vítimas dessa terrível perversão. Discriminadas, aprofundam-se no consumo, sendo presas fáceis do narcotráfico, que, além de tê-las como clientes, tem muitos como colaboradores para o crescimento dessa indústria, como seus agentes, sem nenhuma opção de outro tipo de sobrevivência numa economia que não cresce no nosso país.

Nesse sentido, deve-se reconhecer o importante papel que desempenham as comunidades terapêuticas. Em Minas Gerais, há aproximadamente 300 dessas comunidades, organizações não governamentais que auxiliam no tratamento de dependentes de álcool e de outras drogas e acolhem cerca de 27 mil dependentes químicos.

Ressalto aqui o importante papel desse governo ao criar a Subsecretaria Antidrogas, que, nas mãos do competente Cloves Benevides, tem realizado um papel de apoio essencial a essas comunidades terapêuticas.

A Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, criada nesta Casa, ao propor esse ciclo de debates, reafirma sua atuação em sensibilizar órgãos e entidades públicas e privadas a se engajarem em atividades antidrogas; além disso, traz, mais uma vez, para a Assembléia Legislativa, a missão de debater e propor alternativas que reforcem a prevenção e o combate às drogas em Minas Gerais.

Com o envolvimento e a participação dos órgãos de Estado ligados ao assunto e de diversas entidades civis e não governamentais, estaremos, sem dúvida, dando uma grande contribuição ao fortalecimento de políticas públicas e sociais para aprimorar e intensificar o trabalho na luta contra as drogas.

Digo a toda a população mineira, que, aliás, nos vê pela TV Assembléia, que qualquer informação a mais sobre o ciclo de debates que ocorrerá no dia 11, quinta-feira, pode ser encontrada no "site": minasantidrogas.com.br.

Deixo o convite para que todos os Deputados desta Casa participem para enriquecermos o debate. Logo após a abertura pela manhã, falaremos sobre a prevenção de drogas, em que estarão envolvidos todos os setores da educação deste Estado, aliás, da Secretaria de Estado de Educação.

Logo após, teremos as políticas de atenção, tratamento e reinserção social do dependente químico. Estaremos também com grandes profissionais da área da saúde de nível estadual e nacional, quando haverá um debate com as comunidades terapêuticas e com aqueles que fazem tratamento antidrogas em nosso Estado. No período da tarde, às 16 horas, trataremos do tema mais polêmico, mais difícil, que é o combate ao narcotráfico.

Nessa questão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, necessitamos realmente da presença de todos. Se o crime está organizado, se nós, na condição de sociedade, não nos organizarmos, dificilmente daremos conta de fazer frente a essa luta que tem sido tão desigual.

Senhores parlamentares e todos presentes, se não nos unirmos à educação, à política, à religião, à polícia, à ciência e à medicina, não teremos condições para enfrentar essa luta tão desigual contra o tráfico de drogas existente aqui, no nosso Estado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado.

Cumprimento V. Exa., Deputado Fahim Sawan, e parabeno-o pela iniciativa desse debate nesta Casa. V. Exa., como Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas, tem contribuído muito com essa área, tem-se reunido com comunidades terapêuticas, com subsecretarias, dando o maior apoio e força a esse tema.

Gostaria de solicitar não só a V. Exa., mas a todos os Deputados, o empenho para a liberação dos recursos que apresentamos. Trata-se de uma emenda ao PPAG e ao orçamento, da ordem de R\$600.000,00, podendo chegar a R\$1.000.000,00, para ajuda às comunidades terapêuticas.

A Subsecretaria Antidrogas, no ano passado, nem sequer tinha recursos - nada - para trabalhar com essas comunidades. Então, foi aprovado o orçamento, e seria de grande importância que a frente presidida por V. Exa. solicitasse ao Secretário Danilo de Castro, ao Governador, a liberação imediata dessa verba, para que essas comunidades possam executar seus projetos.

Sabemos das dificuldades por que elas passam. V. Exa. tem conhecimento de que trabalhamos com duas comunidades de dependentes químicos, cigarro e álcool. São dadas lá quatro refeições. Trata-se de uma fazenda muito simples, mas onde o objetivo é resgatar a dignidade dessas pessoas e trazer para a sociedade e esses jovens, homens e mulheres que, infelizmente, caíram nessa praga: a droga. Portanto a Subsecretaria Antidrogas terá recursos para aplicar.

O Governador Aécio Neves, preocupado com as comunidades terapêuticas, aprovou a nossa emenda. Acredito que, a partir deste mês, as comunidades poderão realizar seus convênios com a Secretaria e receber recursos para recuperar esses nossos irmãos.

Estarei, no dia 11, com V. Exa. nesse debate tão importante, nesta Casa. Obrigado.

O Deputado Fahim Sawan* - Obrigado, Deputado Célio Moreira.

Ressalto a importância da presença de V. Exa. neste debate, assim como a de todos os Deputados da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, que, ao receberem a sugestão da emenda, aprovaram-na. Como V. Exa. disse, haverá recursos da ordem de R\$600.000,00, que, com o trabalho de todos os Deputados, se transformaram em R\$1.000.000,00.

Segundo a Secretaria de Planejamento, esses recursos estão sendo repassados, tanto é assim, que a Subsecretaria já está fazendo a seleção das comunidades terapêuticas que o receberão.

Assim, ressalto a importância de todos os Deputados desta Casa, bem como da participação do público pela TV Assembléia. Esse grandioso evento será transmitido, ao vivo, durante todo o dia, quando serão abordados os temas da prevenção, do tratamento das comunidades terapêuticas e do narcotráfico.

Concluindo o meu raciocínio, Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de convocar todos os Deputados desta Casa e a comunidade para participarem do ciclo de debates do dia 11. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, queridos funcionários do Judiciário mineiro. Sinto-me na obrigação de prestar a minha manifestação de apoio e solidariedade ao pleito justo apresentado pelos senhores e pelas senhoras. Esta Casa, a Casa do povo, a Casa das transformações, a Casa da justiça, a Casa da solidariedade, terá a oportunidade, de forma muito sábia, de encaminhar, acolher e, acima de tudo, votar a proposta de emenda à Constituição que ora representa o sentimento, o desejo e o sonho de vocês, Consultores, de uma Minas melhor, de uma Minas mais próspera.

Quero, neste instante, diante dessa mobilização tão importante, reportar-me a dois acontecimentos. Um nos traz contentamento, mas o outro entristece o povo brasileiro diante da irresponsabilidade desencadeada pelo Presidente da Bolívia, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao lado da minha querida Ibirité, dos mineiros, dos brasileiros, sempre sonhamos e desejamos um Brasil melhor, um Brasil mais rico, um Brasil mais firme, um Brasil mais decidido, um Brasil que proporcione melhores condições de vida ao seu povo e que transforme, verdadeiramente, a vida principalmente dos que se encontram deserdados da sorte - os mais carentes, os mais pobres. Como Minas e como o povo brasileiro, fiquei estupefocado diante da falta de reação do nosso Presidente Lula à nacionalização das indústrias petrolíferas na Bolívia. São mais de US\$2.000.000.000,00, investimento expressivo da Petrobras, que é de cada um de nós, do nosso povo, de Minas e do Brasil.

Considerando, num primeiro momento, o pensamento ideológico, e não o sentimento, o desejo nem a responsabilidade que devem nortear a ação de um Presidente, Chefe de Nação, o Presidente Lula entendeu por bem não reagir, não repudiar, não contrariar essa decisão funesta, prejudicial, desrespeitosa, autoritária daquele a quem considera irmão: o Presidente da Bolívia, Evo Morales. Da indústria paulista, 75% sobrevivem à custa do gás natural oriundo da Bolívia, assim como 50% das instalações industriais de Minas.

E pergunto aos senhores e às senhoras, pergunto ao Brasil: Por que o Presidente Lula não contestou essa ação irresponsável do Presidente da Bolívia, não reagiu contra ela?

Noutro dia, ouvi o Presidente afirmar que, se por ventura houver algum aumento de gás por determinação da Bolívia, não deixará o valor ser repassado para o povo. Segundo ele, a Petrobras arcará com o prejuízo. Pergunto então aos senhores e às senhoras: "A Petrobras é de quem? Foi construída com o suor, com as lágrimas, com a labuta de quem? Será que foi do Morales, do povo boliviano?"

Isso entristece a vida dos homens públicos que exercem suas funções com dignidade e, acima de tudo, com espírito de lealdade ao povo brasileiro e, mais do que tudo, de patriotismo. Parece que Lula pretende ser eleito na Bolívia para dirigir os destinos dessa nação.

Houve o não-cumprimento do contrato e da palavra empenhada, houve um grande desrespeito pelas normas vigentes entre países vizinhos, que se pautam pelas boas normas de vizinhança, mas nada disso sensibilizou o Presidente Lula, que foi apático, ficou inerte, e imobilizado. Não gritou pelo Brasil, não colocou nosso país no coração, achou por bem render-se a seu pensamento ideológico e expressar ternura. Com seus arroubos, disse para a sociedade brasileira que não teria nenhuma reação de raiva.

Também não queremos isso, mas o povo brasileiro exige que o condutor da Nação reaja com firmeza, com determinação e com honestidade, cumprindo os compromissos assumidos com sua gente. É o Brasil ou a Bolívia; o nosso povo ou o da Bolívia; a nossa pátria ou a terra da Bolívia?

Vemos aqui uma demonstração cívica, um belo exemplo de cidadania, de luta e bravura das funcionárias e dos funcionários do Judiciário, que lutam para que seu pedido justo seja atendido. Fico a pensar que o Presidente Lula - neste instante, Presidente da Bolívia - deveria assistir a essa caminhada de vocês, que defendem, com convicção, seriedade e respeito, uma reivindicação justa.

A Petrobras é do Brasil, é do povo. Sua história é revestida de muitas vitórias e derrotas, iniciadas pelo saudoso Getúlio Vargas e mantidas por JK e outros grandes Presidentes. Lamentavelmente, neste momento em que se conquista e se aplaude sua auto-suficiência em petróleo, nosso Presidente renuncia a suas prerrogativas de condutor, de Presidente, de líder maior; entretanto o que mais me dói, choca e deixa estupefocado é o fato de ele se distanciar do espírito de brasilidade, da defesa intransigente dos direitos nacionais e de nossas riquezas, de forma tão serena.

Lamentavelmente, o Brasil hoje chora e repudia esse triste espetáculo que o Presidente Lula concede a seu povo. Muitas indústrias modificaram sua matriz energética para o gás e agora questionam: "o que faremos?". Os proprietários dos carros que fizeram a transformação também perguntam: "o que faremos?".

E as termelétricas? Tanto investimento foi feito, bilhões e bilhões. Esse é o retrato pintado pelo Presidente Lula, na Bolívia, que entrega a riqueza do povo brasileiro a essa atitude irresponsável, leviana e desrespeitosa de Morales em relação à República Federativa do Brasil.

Por outro lado, Minas vive um espetacular momento de euforia, conquistas e realizações, e certamente o sonho de vocês se realizará, porque o Estado é bem conduzido. Minas é muito bem dirigida; Minas foi saneada; Minas foi recuperada e saiu do déficit público, colocando-se para todo o Brasil como um Estado ousado, inovador, bem gerenciado, que teve a implementação de um choque de gestão e uma política de valorização dos servidores públicos com o advento da tabela salarial.

Ontem, essa Minas, que se transformou num notável canteiro de obras, que tem expressivos investimentos na saúde, na educação e na infraestrutura; essa Minas, que hoje tem credibilidade e respeito no cenário nacional, em face do trabalho do admirável Governador Aécio Neves, teve a oportunidade de presenciar mais uma conquista extraordinária, especificamente para o setor educacional.

Falo com alegria, porque sou filho de professor e tenho grande carinho pelos servidores da educação. O Governador Aécio Neves, de forma inédita e num momento histórico, consegue conceder um reajuste superior a 14% a mais de 80 mil professores do Estado detentores de melhor qualificação, fazendo, assim, um reconhecimento justo a essa classe que tanto trabalha pela construção de Minas, reconhecendo o empenho dos professores na construção de um futuro promissor para as gerações vindouras.

Deputado João Leite, em meu terceiro mandato como Deputado Estadual, na condição de Vice-Líder do Governo, fico feliz de compartilhar desse momento de alegria dessa nova Minas. Certamente, o Governador ainda terá a oportunidade de conduzir os destinos do Brasil, concedendo uma aula altamente preciosa, principalmente para o Presidente Lula, que, nesse ato, não dignificou o nosso povo, não honrou suas tradições de trabalhador e suas origens e nem suas manifestações e programas, que sempre sensibilizaram os trabalhadores e também este Deputado. Naquele instante - era Deputado do PL, em Ibirité -, todos juntos tivemos a oportunidade de conceder uma votação histórica ao Presidente Lula, que achou por bem cometer um crime de lesa-pátria, num ato explícito de desamor à família, ao povo, aos jovens, às crianças e às pessoas que verdadeiramente precisam do órgão público e, acima de tudo, da Petrobras, referência mundial no setor.

O Deputado João Leite (em aparte) - Serei breve, pois V. Exa. faz um pronunciamento importante dessa tribuna. Reitero nosso apoio e aguardamos para votar a proposta de emenda que nos interessa tanto.

Parabenizo-o por essa manifestação. Gostaríamos que o Presidente da República fizesse o que V. Exa. fez. Ou, então, que desse lugar para a diplomacia brasileira, que historicamente fez tão bem a discussão com outros países. No entanto, agora, é alguém do PT que discute as questões internacionais, e não mais os diplomatas ou o corpo consular. Um senhor chamado Marco Aurélio Garcia é quem discute. E, agora, fazendo graça com o dinheiro do povo brasileiro, pois a Petrobras investiu US\$1.000.000,00 na Bolívia, os quais perderemos. Quem pagará essa conta?

Parabéns pelo seu pronunciamento, pois era isso que esperávamos do governo federal. Lamentavelmente, não ouvimos nem uma palavra em defesa do povo brasileiro. Parabéns!

O Deputado Dinis Pinheiro* - Agradeço por sua manifestação e ressalto que o Presidente Lula foi muito mais sensível às manifestações do povo da Bolívia que às do povo brasileiro. Inclusive contestou as afirmações e posições do Presidente da Petrobras e de muitos Ministros. Lamentavelmente, o Brasil perde muito com essa atitude, sem amor e isolada, do Presidente Lula. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, deixo claro que estávamos inscritos regularmente, como determina o Regimento desta Casa. Na data de hoje, a Presidência foi demasiadamente complacente com os companheiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente e que nos assiste pela TV Assembléia, nesta tarde farei um registro muito triste. Mas precisamos fazê-lo para que a comunidade mineira tome conhecimento de que muitas vezes os fatos ruins são divulgados amplamente, e o que é feito com amor, dedicação e sacrifício não é lembrado da mesma forma. Por exemplo, quando um servidor público perde sua vida em defesa dos demais cidadãos.

Hoje ocupo a tribuna desta Casa com o coração partido. Foi com muito pesar que pude acompanhar, no último sábado, o enterro de mais um guardião de nossa comunidade, o Ten. Júnio Ricardo Nogueira de Faria, que morreu de forma estúpida, vítima de um acidente com sua viatura. Com 31 anos, casado e pai de dois filhos - um de 9 meses e outro de 2 anos -, servia à Corporação há 11 anos e era Comandante de Turnos da 7ª Cia. do 5º Batalhão.

Ele estava atendendo ao chamado de outra equipe da PM que fora recebida a tiros por marginais, e, na altura do Bairro Bom Sucesso, ao passar pela Via do Minério, o motorista perdeu o controle do veículo e capotou a viatura, vitimando o cidadão oficial de polícia.

No domingo 7 de maio, durante seu velório no Cemitério Bosque da Esperança, ao qual compareci, uma multidão de familiares, amigos e colegas de trabalho aglomerou-se na capela onde o corpo estava sendo velado. Não foi difícil constatar o carinho e o apreço que todos sentiam por ele.

É normal que as pessoas que comparecem a um enterro estejam, de certa forma, mais fragilizadas e paire sobre o ambiente um clima de consternação, mas não se tratava apenas de um simples enterro; o que se via era a demonstração clara do sentimento de perda irreparável por parte de seus subordinados - Soldados, Cabos e Sargentos. Todos que ali compareceram comentavam o tanto que o Ten. Júnio era querido por seus colegas, pares, superiores e pela comunidade.

O Ten. Júnio era um homem simples, alegre e que andava de bem com a vida. Seus companheiros foram unânimes em afirmar o quanto ele adorava seu trabalho e o quanto trabalhava com prazer em defesa da comunidade.

Para todos nós, é muito difícil a perda de um ente querido, mas, nesse caso, ressalto que ela foi muito grande não só para familiares e amigos, mas também para toda a sociedade belo-horizontina. O Ten. Júnio, além de exemplar pai de família, era muito comprometido com seu trabalho. Hoje tenho certeza de que muitos cidadãos choram sua perda, entre eles também estão as crianças que costumavam receber dele atenção especial. Ele sempre andava com uma balinha no bolso para fazer-lhes um agrado.

A multidão presente ao velório acompanhou todo o percurso da capela até o local do sepultamento, prestando-lhe as últimas homenagens. O pai, um Capitão reformado, a irmã e a esposa estavam completamente desolados. Presenciamos uma cena muito triste. Não havia como conter nossas lágrimas, pois não sobrara espaço em nossos corações para outra coisa naquele momento.

Durante o enterro, notamos a presença do Comandante do seu Batalhão e do Comandante-Geral da Polícia Militar. Enfim, todos estavam estarelecidos com uma morte tão súbita, que deixará grande vazio para os familiares e amigos. Estou certo de que a comunidade perdeu mais um grande guardião.

Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, volto a insistir que o falecimento do Ten. Júnio foi uma perda irreparável. Certamente o Ten. Júnio deu a vida defendendo a sociedade, no momento em que tentava socorrer outra equipe que se encontrava no embate do dia-a-dia.

Nós, que estivemos lá na ponta da linha, sabemos perfeitamente como isso ocorre e o prazer que sentimos quando estamos no serviço ativo, no radiopatrulhamento, e conseguimos defender a sociedade. Era esse o sentimento que víamos nos rostos dos policiais que lá estavam, e que foram prestigiá-lo. Repito: havia uma grande multidão.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos anais desta Casa a grande perda que sofreu a Polícia Militar, e - muito mais - a perda da sociedade, pois ele era extremamente dedicado ao trabalho, sempre zelando pela segurança pública na região de sua atuação.

Mudando de assunto, quero dizer que os seis Deputados do PDT - Deputados Sargento Rodrigues, Sebastião Helvécio, que já se manifestou como nosso Líder de Bancada, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo e Paulo Cesar - também apóiam a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003.

Deixarei apenas um lembrete. Infelizmente, às vezes nossa memória costuma falhar.

Recentemente, para demonstrar o quanto é legítimo o que está sendo solicitado por esses servidores, o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Hugo Bengtsson, deixou claro para toda a imprensa que faria greve e iria descumprir o teto estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça. Portanto, para aqueles que não permitiram que os escrivães viessem aqui se manifestar, é bom lembrar que o Presidente do Tribunal, há poucos dias, manifestou-se publicamente, dizendo que não iria cumprir a determinação do Conselho Nacional de Justiça.

O que está acontecendo com esses servidores é uma grande injustiça - eu diria que é um pecado capital -, porque não podemos, Sr. Presidente, deixar que os pais e as mães que aqui se encontram deixem seu emprego com uma mão na frente e outra atrás.

É necessário que haja por parte da Assembléia, por parte deste Poder, uma manifestação expressa de todos os Deputados e das suas Bancadas, para que possamos fazer justiça. Muitos filósofos e pensadores já diziam que o Estado somos todos nós, os Deputados, os Desembargadores, os Procuradores, os policiais, os médicos, todos os que estão investidos nele. O Estado é a comunidade, é a população. Se o Estado somos todos nós, por que não amparar aqueles que trabalharam um, dois, três, cinco, dez, quinze anos, e hoje estão sendo desamparados pelo próprio Estado?

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, estivemos no Jequitinhonha, acompanhando a questão da Mata Escura. Esse requerimento é muito importante até porque o governo federal determinou a transformação da área em reserva biológica, impedindo, assim, a presença de pessoas no referido espaço. Todavia o governo federal se esqueceu de que lá há um quilombo com 1.800 pessoas, além de um assentamento que, anteriormente, fora objeto de desapropriação pelo Incra.

Portanto, o nosso voto é favorável a esse requerimento, especialmente porque há muitas pessoas aguardando encaminhamento ao governo federal. Obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elbe Brandão* - Antes de iniciar a prestação de contas ao Poder Legislativo acerca do tempo em que estive no Executivo, com dignidade e privilégio, na companhia do Governador Aécio Neves, como Secretária de Estado, gostaria de hipotecar publicamente, como já o fiz aos servidores públicos que pedem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003, em nome dos servidores do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Podemos ver faixas em várias cidades. Janaúba está nessa luta com vocês, assim como Janaúria, Espinosa, Diamantina e Montes Claros. Esses Municípios têm-nos procurado para mostrar sua realidade, e buscam justiça. Como as leis são feitas pelas mãos humanas, são passíveis de erro. Pelas nossas próprias mãos, poderemos fazer justiça, que é o que vocês clamam.

Sejamos simples e calmos como os regatos e as árvores, e Deus nos amará, fazendo-nos belos como as árvores e os regatos, e nos dará o verdor de sua primavera e um rio aonde ter quando acabemos.

Foram muitos os caminhos que percorri durante os três anos à frente da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. O principal caminho, em que sempre acreditei e que norteou minhas ações, é aquele de que nenhum governo tem sucesso sem a confiança de seu povo. Isso é visto claramente no governo Aécio Neves. O governo deve ser responsável, dizer a verdade e obter a solidariedade desse povo. A chave dessa aliança é a participação, a troca de experiências, reconhecendo que o desenvolvimento começa dentro de cada um de nós e que não podemos resolver problemas crônicos, como os verificados naquelas regiões, com fórmulas demagógicas, fáceis de enunciar e difíceis de realizar.

Acredito que qualquer estratégia de desenvolvimento territorial tem como premissa a busca da diminuição das diferenças históricas incorporadas na vida social e econômica da população das várias regiões que formam o Estado de Minas Gerais. Tomando essa assertiva como pressuposto, o Governador Aécio Neves criou a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, objetivando a implementação de ações políticas e públicas voltadas para a melhoria dos índices sociais, o desenvolvimento econômico e o aumento do capital humano e social dessas regiões.

Essa iniciativa propiciou vigoroso investimento na formação dos cidadãos das comunidades locais e dos territórios, que passaram de coadjuvantes a atores, criando novas oportunidades para articular, coordenar e deliberar com os agentes econômicos, institucionais e sociais. A implementação, a gestão participativa de programas e projetos, o conhecimento acumulado da população local e suas características foram

respeitados para serem propulsores das transformações das potencialidades no caminho da justa distribuição de riqueza para a população regional.

Os desafios se apresentaram, e as soluções vieram por meio de discussões locais que apontaram para oportunidades criativas de construção transformadora e libertadora para as regiões do Norte e Nordeste do Estado. Verifica-se que nos vales e no Norte de Minas existe uma população ansiosa por aprender e disposta a melhorar sua perspectiva de vida. O que está sendo feito e o que se pretende é unir essas forças, mágico contato dos diferentes, num desejo frenético de aprender, trocar, vivenciar e respeitar o inusitado vindo de todas as partes e de todos os lados.

Sr. Presidente, quando o Governador cria uma secretaria, puxa a região para a pauta política do Estado. Ela nasce, e o Secretário de Estado, apesar de contar com uma pequena estrutura, torna-se membro de praticamente todos os conselhos de Minas Gerais. O objetivo é não ser apenas uma secretaria temática, que trata somente de educação e de saúde, mas uma secretaria que busca solução para os problemas e efetua ampla parceria com outras, desenvolvendo programas e projetos visando à remodelação.

Hoje Minas assiste ao resultado de 91% de aprovação da gestão Aécio Neves. Quando as pessoas falam em choque de gestão, criado pelo governo de Minas, devemos entender que visa a estabelecer um novo modo de operação, saneando as finanças e buscando a eficácia da máquina pública. Frente a um cenário de déficit financeiro, baixa capacidade institucional e necessidade de mudanças inovadoras no modelo de gestão administrativa, o projeto Choque de Gestão foi dividido em quatro partes: a redução das despesas, o crescimento da receita, a reestruturação e o gerenciamento de projetos. É importante o que o Governador diz a respeito de o Estado gastar menos com ele mesmo e mais com o cidadão, para que possamos, de fato, cumprir nosso papel como promotores de uma sociedade justa, fraterna, humana, igualitária e desenvolvida.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tem os seguintes objetivos: o desenvolvimento socioeconômico integrado do Estado, a racionalização e a coordenação das ações do governo, o incremento das atividades produtivas, a expansão social do mercado consumidor, a superação das desigualdades sociais e regionais, a expansão do mercado de trabalho, o desenvolvimento dos Municípios de escassas condições de propulsão socioeconômica e o desenvolvimento tecnológico. O Plano Plurianual de Ação Governamental trata desses projetos e dessa perspectiva.

Assim, Sr. Presidente, temos três caminhos. Um deles seria estar aqui neste momento com um calhamaço de papéis, com um plano de desenvolvimento para o Norte e o Nordeste; o outro, perceber que o Estado e o Poder Legislativo, que constroem juntos o PMDI e o PPAG, têm essa missão e a exercem de forma muito equacionada; e o último, levantar algumas bandeiras que possam, junto à população, fazer a diferença.

Essa Secretaria nasceu com uma fragilidade institucional. De público, agradeço a cada servidor do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -, dizendo-lhes, como Cristo: não suaram água, mas deram o seu sangue para que pudéssemos ter a possibilidade de buscar parcerias com o governo federal e a sociedade civil organizada e deixar somente R\$313.280.000,00 nessa instituição e nessa Secretaria. Isso com apenas 90 profissionais. Essa foi uma parceria nossa com o governo federal.

Começamos a relatar aqui os 21 programas e projetos que, em três anos, desenvolvemos na região, beneficiando direta e aproximadamente 700 mil pessoas. Hoje os recursos humanos da Secretaria e do Idene somam 208 pessoas, a maioria são estagiários e designados de outras secretarias. Há os programas Plantando Esperança, que qualifica mais de 2 mil produtores rurais; Apicultura em Desenvolvimento, que atende 20 Municípios e beneficia 1.500 cidadãos diretamente; Artesanato em Movimento de Minas Gerais, que gerou para o Sebrae, em nível nacional termo de referência do artesanato brasileiro, com a participação de 140 Municípios, o artesão protagonista do seu tempo. O intermediário não mais levará a maior parte dos recursos e da beleza do artesanato produzido nessas regiões. Concretizamos o Vale Minas, que é um centro de negócios do artesanato que atende 144 Municípios e beneficia aproximadamente 20 mil artesãos que compõem essa região, por meio de gestão participativa e territorial e comitês intermunicipais.

Há ainda o programa Cozinhas Comunitárias Sertanejas, em que foram atendidos 18 Municípios. Percorri de carro 188 Municípios de abrangência da Secretaria. Isso foi muito bonito. Foram mais de 100.000km percorridos. Não ousarei dizer que os percorri como um caminhoneiro que conhece cada palmo desses Municípios; porém, tenham certeza de que cada palmo por onde andei está cravado no meu coração, com a consciência plena de que o que faltava para o crescimento do Norte, do Jequitinhonha, do Mucuri, de São Mateus e da Região Central de Minas era uma decisão governamental. Isso foi resultado da coragem do Governador Aécio Neves. Em 500 anos de história, o País não conseguiu produzir isso para aquela gente. Não podemos mais dizer que aquela região é desassistida. Pelo contrário, vemos a presença do Estado em vários programas, como o Leite pela Vida.

Na semana retrasada, lemos uma matéria publicada pelo "Estado de Minas" que dizia que a desnutrição no semi-árido mineiro caiu de 17,9% para 5,3%. Gostaria de comemorar isso não apenas em razão do programa Leite pela Vida. Foram distribuídos 150 mil litros pasteurizados por dia à população carente. Esse leite foi comprado do pequeno produtor rural, que movimenta 40 laticínios e cooperativas na região. Esse programa foi muito importante.

Gostaríamos de agradecer à Pastoral da Criança. Dos Estados do semi-árido, onde existe o programa, Minas Gerais é o único que chamou a Pastoral da Criança para uma parceria. Há mais de seis mil mulheres voluntárias em ação contra a mortalidade infantil, caminhando diariamente para ajudar-nos a celebrar a vida.

Sabemos que esse programa, em parceria com o governo federal, tem sido muito exitoso. Estivemos em Pernambuco, quando o Presidente Lula entregou ao Congresso o projeto de recriação da nova Sudene, que, até hoje, não foi aprovado e não há nenhum resultado sobre isso. Fomos apresentados, à época, ao então Ministro Graziano. Publicamente, gostaria de agradecer-lhe.

O resultado da diminuição da mortalidade infantil decorre de ações compartilhadas, como o Programa Saúde da Família. Cada equipe do PSF, no Norte e no Nordeste de Minas, recebe de R\$1.750,00 a R\$2.000,00, para fazermos diferença e dar condições à região de se transformar. Ao se cumprir a fala do Governador Aécio Neves, por meio da destinação de recursos diferenciados, bem como a soma dos esforços da sociedade civil organizada, a região avançará.

O Turismo Solidário é um programa em parceria com o Ministério do Turismo. Aproveito para deixar o meu agradecimento ao Ministro Walfrido. Foi empregada uma metodologia inovadora. O Ministro foi parceiro do Estado de Minas Gerais nessa concepção mineira. Estamos concluindo-a, e o Ministro vai levá-la a outras regiões carentes do País.

Os recursos alocados para o desenvolvimento da ovinocultura é outro ponto fundamental. São 15 Municípios beneficiados, chegando-se a 1.800 pessoas atendidas. Houve uma opção clara pelo atendimento às comunidades indígenas e quilombolas. Agradecemos a parceria com o Ministério da Integração Nacional, na pessoa do Ministro Ciro Gomes.

Outro tópico diz respeito ao programa Crédito Fundiário. Tivemos a oportunidade de coordená-lo por um ano e concluir 29 projetos, atendendo

diretamente 3.500 cidadãos. O programa foi repassado à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos da Reforma Agrária por entender que esse tema dizia respeito não apenas à região de abrangência do Idene. Todo o Estado poderia beneficiar-se dele.

Outra questão refere-se ao Plano de Desenvolvimento Territorial do Mucuri, em parceria com o MDA. Temos a alegria de ter tido o reconhecimento do Ministério e do Conselho Estadual como o melhor plano desenvolvido. Aliás, está disponível no "site". Houve a democratização, a participação e a visita a mais de 560 comunidades que compõem o Mucuri.

Gostaríamos também de citar o estudo do impacto ambiental de Berizal, que atingiu seis Municípios, um programa que deixamos consolidado. Temos a tranquilidade de ter um colega, Deputado Ermano Batista, como sucessor.

Deixamos, como recursos em caixa, R\$7.200.000,00, destinados à construção de 4.500 cisternas em 53 Municípios, em parceria com o MDS, o Ministério da Integração Nacional e a Copasa, grande parceira nesse projeto.

Há ainda o programa Cidadão.Net. Chegamos a 34 Municípios com telecentros, com comitê gestor e já atingimos mais de 12 mil jovens que não teriam acesso à alfabetização virtual, uma possibilidade de conhecer o mundo. Vemos hoje o telecentro como um instrumento modificador dessa realidade, fruto de uma parceria do governo de Minas com o governo federal, atingindo, indiretamente, mais de 90 mil habitantes da região.

Uma das grandes bandeiras da qual nos orgulhamos neste momento é o programa Cidadão Nota 10. Enquanto o Brasil tinha, em média, 13% de sua população analfabeta, Minas Gerais tinha 12%. Quando se faz o recorte desse território, a média é 30% de jovens e adultos que não sabiam ler nem escrever. Em parceria com o Ministério da Educação, estamos desenvolvendo esse programa, com metodologia própria, construída e alinhada ao Movimento de Educação Básica - MEB -, em que a metodologia é ver, julgar, agir, saber, viver e lutar.

Pudemos deixar mais de 35 mil jovens e adultos alfabetizados nesse tempo e, como existe monitoramento e avaliação, a perspectiva é chegar ao final deste governo com um número aproximado de 60 mil pessoas. Não é só aprender a ler e a escrever o nome. Ouvimos de uma senhora de 80 anos: "Aprendi a ler no programa Cidadão Nota 10, estou no EJA e quero ser professora". Em Botumirim, um senhor de 70 anos disse: "Aprendi a ler no programa Cidadão Nota 10, estou no EJA e quero ser biólogo". A partir de depoimentos como esses, vemos a formação do chamado capital social na região.

Hoje, quem passa por lá vê claramente as mudanças que ocorrem. O banco de leite materno, numa parceria com o MDS, está fortalecendo Montes Claros, e há um núcleo em Diamantina. O programa Sorriso no Campo, uma parceria entre a Fiemg e a Secretaria Estadual de Saúde, está atingindo 112 Municípios, com 170 mil cidadãos beneficiados diretamente e quase 700 universitários envolvidos, havendo a participação do Conselho Regional de Odontologia, com cerca de 13 faculdades em cada etapa.

O programa caminha para sua quinta etapa. O Projeto Rondon em Minas Gerais vai para sua quarta etapa, tendo beneficiado diretamente 23.200 habitantes, podendo chegar a mais de 70 Municípios, e envolvendo mais de 15 universidades e mais de mil rondonistas.

Há ainda o pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido. Tivemos a presença do Unicef nesta Casa na semana passada e conseguimos mobilizar mais de 90% dos Municípios, com uma conquista do Governador Aécio Neves. O Unicef estava discutindo o pacto somente para o semi-árido, com 85 Municípios na área de abrangência do Estado, mas estendeu o recorte territorial do Governador, ampliando para 188 Municípios.

O Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR - possui em torno de R\$100.000.000,00 de investimentos. Foi o primeiro empréstimo ao governo do Estado de Minas Gerais feito pelo Banco Mundial. Com a participação das comunidades e com o critério de cruzamento da população rural com o índice de desenvolvimento humano, o Governador Aécio Neves dá autonomia aos Municípios, para que determinem o que é melhor para eles e de que forma esses recursos serão aplicados.

Eu brincava, muito assustada, quando o Governador me fez esse convite e perguntei-lhe: "Governador, o que a história não mudou o senhor acredita que haveremos de mudar?" E ele me respondeu que sim, porque começaria partilhando com o povo do sertão, com o povo dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por onde andou, região que representou muito na sua vida parlamentar.

Passados três anos, vemos hoje o cenário passando do discurso, do plano de governo, à realidade. Setenta por cento do Pró-Acesso está voltado para a área de abrangência do Idene. O maior investimento "per capita" da Copasa hoje está na área de abrangência do Idene, assim como o programa Luz para Todos, que tem mais de 70% dos recursos do povo de Minas Gerais nessa área. As parcerias na área de telecomunicação, de inclusão digital - um trabalho maravilhoso desenvolvido pelo nosso colega, Secretário Bilac Pinto -, dos centros tecnológicos e dos telecentros, assim como o trabalho feito pelo Banco do Brasil, mostram uma outra realidade, uma outra fronteira para essa região.

Hoje, nossa expectativa recai sobre um trabalho do Governador Aécio Neves na busca de uma parceria para que possamos ter, na maior parte dos Municípios que não dispõem dessa tecnologia, a telefonia celular, pré-condição para o desenvolvimento.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Não poderia deixar de expressar-me neste momento, Deputada Elbe Brandão, em relação à capacidade de V. Exa. de chegar aqui e prestar contas da responsabilidade que lhe foi dada nesses últimos três anos. Sem dúvida alguma, V. Exa. assumiu uma secretaria nova, com o desafio, de dimensões superiores, de tratar uma política específica para uma região que, no enquadramento do Estado de Minas Gerais, é uma das mais sofridas.

V. Exa. também tem a dignidade e honradez de, além de prestar contas de seu trabalho, demonstrar aqui que, nesse período, houve uma importante parceria entre o governo estadual e o federal no sentido de somarem forças para realizar uma atividade em uma região tão carente. Considero essa uma qualidade de sua personalidade.

V. Exa. sempre foi transparente e justa e, ao resgatar essa parceria e dar-lhe uma dimensão exata, demonstra que, em uma visão não partidária e não artificial e politicamente polarizada por um clima de disputa eleitoral, podemos desenvolver este país. O que foi feito naquela região, com as duas parcerias, sem dúvida alguma será esquecido por seu povo sofrido.

Certamente, temos maiores desafios. Aquela região precisa de uma política de desenvolvimento mais abrangente. V. Exa., sem dúvida, implantou as iniciativas necessárias das políticas emergenciais, que são uma forma de minimizar o sofrimento de uma população há muito sem atendimento.

Quero cumprimentá-la pela responsabilidade de fazer essa prestação de contas pública do que lhe foi passado pelo governo e pela grandeza de, ao demonstrar a parceria, resgatar o que é fundamental no Estado. Parabéns por sua dignidade e grandeza na prestação de contas de seu

trabalho.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputada Elbe Brandão, rapidamente quero parabenizá-la. Pude acompanhar o relatório e, de alguma forma, seu trabalho à frente de uma secretaria dirigida àquela região que precisava efetivamente de uma iniciativa como essa do Governador Aécio Neves. E ele escolheu uma filha da região, alguém que conhece suas lutas e seus problemas.

Parabenizo-a pelo trabalho desenvolvido. Conhecemos a grande dificuldade de estar à frente de uma secretaria de Estado, especialmente em se tratando de uma região como essa. V. Exa. esteve à frente de seu destino, com a maioria dos recursos públicos guardados nas mãos do governo federal, com o qual, apesar dessas dificuldades, V. Exa. conseguiu ainda fazer parcerias.

Isso é muito importante. Minas Gerais contribui com 10% do PIB nacional, mas tem o retorno de apenas 0,78% de sua contribuição. E V. Exa., à frente daquela região, cumpriu seu papel e fez um importante trabalho para o Estado.

Parabenizo-a. Foi uma honra para todos nós, desta Assembléia Legislativa, acompanhar sua trajetória e seu sucesso à frente de uma secretaria tão jovem, mas tão importante para Minas Gerais, para o Brasil, enfim para todos que amam aquela região tão rica.

Agradeço o aparte.

A Deputada Elbe Brandão* - Obrigada, Deputado João Leite. Ao chegar àquela região, avançamos no que se refere à seguridade social, parabenizando o trabalho da Secretaria de Saúde. Com as crianças de 6 anos na escola, vimos Minas Gerais ser vanguarda. Cada estudante transportado na região recebe um recurso maior do que nas demais regiões do Estado.

Destaco ainda a parceria com a Secretária Vanessa, no programa Cidadão Nota 10; e o carinho com que foi traçada a transversalidade no Estado sem buscar o foco nas pessoas, mas nas causas. Agora vemos essa região pronta, preparada para contribuir com o PIB de Minas Gerais nos próximos anos. Hoje ela responde por 37% do território, 16% da população e menos de 8% da riqueza.

Deputado Dilzon Melo, ora Presidente desta sessão, é público que o Estado de Minas Gerais, por que o senhor também caminha - Sul, Triângulo, Central, que têm mais riqueza, asfalto e energia em quase todas as casas, pequenas taxas de analfabetismo e geração de trabalho e renda - mostra-se dedicada e solidária ao Estado de Minas, que precisa e hoje é olhada pelo Governador Aécio Neves como jamais ocorreu na história.

Guimarães Rosa dizia que Minas são muitas. Um colega de universidade - sou servidora pública da Unimontes - terminou uma dissertação de mestrado em que conclui que os Gerais também o são. Pelas mãos do Sr. Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, as Minas e os Gerais se encontram. Que Deus nos dê vida e continue protegendo os nossos caminhos para vermos, no próximo censo, mudanças no mapa do IDH de Minas Gerais.

Há regiões do Jequitinhonha desprovidas de estrada, que já está chegando. Que possamos ver o impacto, pois não havia energia nem água. Quase mil escolas daquela área não tinham luz; sem energia, não podiam utilizar tecnologia, o que reduziria as distâncias para aquela gente. Percorri mais de 100.000km e tenho uma leitura clara do verbo - compromisso do Governador com a região - e da verba - compromisso efetivado numa parceria do Governador com o Poder Legislativo e traduzida no PMDI, no PPAG e no orçamento do Estado.

Sr. Presidente, Deputado Dilzon Melo, que há 12 anos partilha uma trajetória ao meu lado, obrigada pela tolerância. Nos três anos em que estive fora desta Casa, sei que não fiz o melhor. Tenho a dignidade de publicamente dizer isso, mas dei o melhor de mim para que a gente do sertão e desses vales tenham esperança, sendo senhores de seu tempo, história, vida e dignidade. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Minha primeira observação diz respeito ao Deputado Jésus Lima, que, no afã de fazer discursos agradáveis, traz à discussão fatos que não têm fundamentação. A Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2003 diz respeito ao Poder Judiciário. Desde Montesquieu, sabemos que os três Poderes são autônomos, independentes, organizam-se com orçamento próprio e estão limitados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, caberá ao Governador sancionar, mas o projeto diz respeito ao Poder Judiciário. Não se pode dizer: se o Governador quiser. Talvez o PT esteja muito animado com o Hugo Chávez, um ditador, um coronel que deseja ter o poder até 2031. Nesse modelo ditatorial, isso caberia. Em uma democracia, os Poderes se respeitam e se harmonizam, mas são independentes. Portanto, não é como foi dito. Depende, sim, de esta Casa aprovar. E, como se trata de emenda constitucional, não depende de o Governador sancionar. A proposta de emenda à Constituição é promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, não cabendo o veto do Governador. Portanto, é algo que não diz respeito ao Poder Executivo, mas aos Poderes Judiciário e Legislativo. O Poder Legislativo decidirá se essa proposta de emenda convém ou não. E já vimos manifestações de diversos partidos favoráveis a essa proposta de emenda à Constituição. Não é uma decisão do Governador, mas do Plenário desta Casa, que é absoluto e pode decidir aprovar; o Presidente da Assembléia promulgará, e caberá aos Poderes Executivo e Judiciário cumprirem o que foi determinado por essa emenda à Constituição.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - O Senhor sabe muito bem que esta Casa funciona, quando quer, a pedido do Governador do Estado. O senhor sabe que, caso o Executivo não autorize, os projetos votados aqui não vão em frente. Nesta Casa, há 77 Deputados, que só votam se a base do governo...

O Deputado Miguel Martini - Peço a V. Exa. que não fale por mim, fale apenas por si.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Argumento assim porque V. Exa. tem razão ao apresentar a discussão de Montesquieu, da divisão dos Poderes, mas não é assim que esta Casa funciona. Se o Governador quiser que um projeto não seja aprovado aqui, não o será, porque ele tem maioria absoluta. Obrigada.

O Deputado Miguel Martini - A democracia supõe o contraditório. Eu e o Deputado João Leite, no governo anterior, éramos Oposição, e o governo não fazia sua vontade aqui, ele se dobrava diante da Oposição, que era pequena.

Nós nos impúnhamos. Lembro-me de que, por causa de um projeto de meio ambiente, esta Casa ficou por três meses sem votar nenhuma matéria. Conhecíamos o nosso papel e o cumpríamos. O governo acreditava que podia atropelar-nos, mas não conseguia. Há um Regimento nesta Casa, e ele pode ser utilizado. Portanto, não é verdade dizer que se trata da vontade do Governador.

Num regime presidencialista, o Presidente pode muito, mas não tudo. Aqui, em Minas Gerais, há essa prática na nossa democracia. Houve um momento em que eu e o Deputado João Leite estávamos sozinhos contra os 75 Deputados, que não conseguiam impor sua vontade, porque

usávamos os instrumentos democráticos regimentais que estavam ao nosso dispor. Tínhamos decisão. Eu não queria saber onde era nenhuma Secretaria de Estado de Minas Gerais, porque eu estava na Oposição. Eu e o Deputado João Leite sofremos perseguições e recebemos todos os tipos de ameaças, mas cumprimos o nosso papel.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Neste momento, quero apenas reforçar as palavras de V. Exa. com relação à votação de uma proposta de emenda à Constituição. Essa proposta é votada pelos Deputados, pela Assembléia Legislativa.

Nesse caso, como o Poder Judiciário é autônomo, tem seu orçamento e poderá tratar do pagamento dessas indenizações. A questão não está ligada aos cofres do Poder Executivo, do governo do Estado, e sim aos cofres do Poder Judiciário.

Portanto, reforço as palavras de V. Exa., pois fica parecendo que a decisão depende do Poder Executivo; o que não ajuda a explicar como as coisas funcionam. Embolar a explicação não ajudará nada. O importante é reforçar as palavras proferidas por V. Exa. nesta tribuna: o Poder Judiciário pagará o que decidirmos aqui.

Cabe à Mesa desta Assembléia Legislativa incluir a proposta de emenda à Constituição na pauta, para que a votemos. Como V. Exa. disse, ela será promulgada na Assembléia Legislativa, e o Poder Judiciário, de alguma forma, fica obrigado a fazer esse pagamento.

Fica parecendo que a proposta vai ao Governador, mas, repito, não tem nada a ver com ele, e sim com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

O Deputado Miguel Martini - E com orçamentos autônomos, independentes.

O Deputado João Leite (em aparte) - Perfeito.

O Deputado Miguel Martini - Há um valor. Votamos aqui o Orçamento do Estado. Já definimos a cota do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e dos órgãos, tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas.

Concordo com V. Exa.: essa fala serve para confundir as pessoas, não ajuda em nada. Se alguém tiver de fazer pressão, que a faça com os Deputados, com o Presidente do Tribunal de Justiça, e não com o Governador, pois estará pressionando a pessoa errada.

Queria trazer, para esta discussão, a questão nacional que, de algum modo, nos tem envergonhado não apenas pelo lamaçal de Brasília, mas também pela incompetência, pelo despreparo, pelo desrespeito que o Presidente Lula vem cometendo permanentemente ao povo brasileiro.

Assisti patético, assim como o povo brasileiro, ao encontro que envolvia os governos da Bolívia e do Brasil e que foi presidido, dirigido, orientado pelo Presidente Hugo Chávez. Que relação esse encontro teve com a Venezuela? Foi divulgado pelos jornais que Hugo Chávez ganhou a liderança que o Presidente brasileiro sempre teve no cenário das 100 pessoas mais influentes. Ele simplesmente tomou a liderança do Presidente Lula, que se deixou levar por um ditador, fez uma intermediação e deixou o povo brasileiro vendido. Todos os diplomatas, analistas, especialistas dizem que o Presidente Lula deveria ter mandado àquele encontro, no máximo, um funcionário do Palácio. O Presidente não poderia estar numa reunião em que o interesse do Brasil estava em jogo e estavam discutindo Hugo Chávez e Evo Morales. A situação é patética. Pior, desautoriza o Presidente da estatal, que tem sido sucesso e orgulho nacional, e enfraquece a Petrobras na negociação com o governo boliviano, dizendo que a empresa continuará a investir. Agora, a mídia noticia que o aumento será de 61%, pedidos pelo Evo Morales, e o Presidente Lula diz que a Petrobras o absorverá, como se fosse dono da estatal, como se a Petrobras não estivesse no jogo internacional! Quem bancará esse prejuízo? Ele diz que a Petrobras pagará. Como será feita essa negociação? Chegando lá, o Presidente Morales ou o seu assessor diz que o Presidente Lula afirmou que pode haver aumento, porque a Petrobras o absorverá. Quer dizer, o povo brasileiro assistiu a uma coisa patética. Não tenho outra palavra para isso.

O que vemos agora? Evo Morales avançando, dando certo com o Brasil. Já está falando em tomar as propriedades rurais. Quem nos defenderá, Deputados João Leite e Rômulo Aloise? O Presidente da República deveria fazer um discurso em defesa do pobre brasileiro! Não negamos que a América Latina precisa de maior justiça social, que a Bolívia vive um momento difícil, como outros países, como o Brasil! Deputado João Leite, o povo brasileiro pensava que o seu Presidente estivesse preocupado com os seus pobres. Mas não, parece que está de costas para o Brasil e preocupado em resolver o problema do companheiro Evo Morales.

O que mais me estranha é que parece que ninguém espera nada do Presidente Lula. Ele não sabe de nada do que ocorre no governo e na política internacional, fala suas "abobrinhas", e todos dizem: "É assim mesmo, deixa para lá". Que situação difícil em que nos encontramos!

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Nesta reunião, em aparte ao Deputado Dinis Pinheiro, falei sobre essa questão. Alguns aspectos desse episódio doeram-me muito. Doeu-me ver o exército boliviano subjugar os funcionários, tomar o comando de uma empresa brasileira instalada em solo boliviano. Agora, a Bolívia designa os Diretores da Petrobras. Hoje, na Bolívia, a Petrobras é dirigida por bolivianos escolhidos pelo Presidente Evo Morales. Isso é demais!

V. Exa. está correto. Quando o povo escolheu o atual Presidente, entregou-lhe a defesa das empresas, dos brasileiros que estão no exterior, da soberania do País. O que o Presidente fez? Entregou tudo a alguém do seu partido, enviando para escanteio o corpo diplomático brasileiro. Os diplomatas brasileiros têm história no mundo. V. Exa. é formado em História, conhece a história da diplomacia brasileira. Basta lembrar o que fez Rio Branco, que tirou da própria Bolívia para o Brasil o Estado do Acre. Temos uma história de entendimentos com os outros povos.

Lembremos, ainda, Osvaldo Aranha. Aliás, na quinta-feira, V. Exa. presidirá a reunião solene de comemoração dos 58 anos de Independência do Estado de Israel com a figura de Osvaldo Aranha representando o Brasil, com o voto do nosso país em favor do Estado de Israel. Essa é a história da diplomacia brasileira.

Agora, deixam de lado os diplomatas brasileiros, o corpo consular e os Embaixadores. Enquanto isso, designa alguém do seu partido para discutir as questões internacionais. Será que o povo brasileiro votou no Presidente Lula para vê-lo fazer isso?

Ora, por que apoiou o Presidente Evo Morales e apóia Hugo Chávez, já que, ideologicamente, pensam do mesmo jeito, ele tem o direito de entregar US\$1.000.000.000,00 do povo brasileiro investido na Bolívia? Por isso, ele tem o direito de entregar ao governo boliviano as fazendas que os brasileiros compraram e a siderúrgica que uma empresa daqui estava construindo na Bolívia?

Concordo com V. Exa., pois isso não é o que o povo esperava de seu Presidente, que entregou a soberania brasileira. Não ouvimos a voz do Presidente Lula. V. Exa. indagou: "O que este país poderia fazer para seus pobres com US\$1.000.000.000,00?". Poderia gerar emprego e renda. No entanto, o Presidente quer entregar US\$1.000.000.000,00 e os demais investimentos aos bolivianos, porque pensa como ele. Concordo com V. Exa., o Presidente não tem o direito de fazer isso.

Parabéns pelo pronunciamento vigoroso que faz da tribuna da Assembléia Legislativa. Lamento não vivermos em um regime parlamentarista, pois, sem dúvida, agora teríamos um voto de desconfiança. Assim sendo, o Presidente, como Primeiro-Ministro, e todo o seu gabinete cairiam. Parabéns, Deputado Miguel Martini!

O Deputado Miguel Martini - Deputado João Leite, isso não ocorre só na Bolívia. O Presidente Hugo Chávez gostou da idéia, está reajustando os preços, e o fará na Petrobras, que também opera na Venezuela. Como ele vai dar razão a Evo Morales?

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. me provoca, o BNDES investiu no metrô de Caracas. O que não temos no metrô de Belo Horizonte foi investido no metrô de Caracas. A resposta é que continuaremos a pagar essa conta da Bolívia, da Venezuela, porque o Presidente ideologicamente pensa igual e o Sr. Marco Aurélio Garcia, que substitui o corpo diplomático brasileiro, negociou dessa maneira lamentável.

O Deputado Miguel Martini - Deputado João Leite, será que o Presidente Lula está pensando em ser Presidente da América Latina? Será isso? Quem sabe?! Primeiro, precisamos criar o parlamento da América Latina. Depois, poderíamos falar dessa integração, sonho antigo que tantas pessoas tentaram e ainda o acalentam. Deputados João Leite e Rêmoló Aloise, entretanto acalentam esse sonho se o Brasil assumisse a liderança. Há 15 anos, fiz um curso de formação política na Venezuela, que não era do Hugo Chávez, mas do povo venezuelano. Nessa época, em conversas de cafezinho, lembro-me da frase de um ex-Ministro. Se não me engano: "O Brasil é um gigante que está adormecido". O nosso medo é que ele resolva se virar e mudar de lado. Isso nos esmagará.

Todo o mundo esperava que o Brasil assumisse a liderança da América Latina. Hoje vemos o Cel. Hugo Chávez dando suas opiniões no Peru, no Chile, na Bolívia, na Argentina e no Uruguai. Foi ele quem assumiu a liderança, um país com menor expressão, em todos os sentidos, que o Brasil. Não que sejamos os melhores, mas a liderança caberia naturalmente ao povo brasileiro.

Teremos de esperar a próxima eleição para um Presidente de verdade, preparado e capaz de fazer esse trabalho, de unir a América Latina. Essa união é desejável para podermos negociar com os mais poderosos, mas não desse jeito. Como posso acreditar em alguém que vende o Brasil com facilidade?

Deputado João Leite, demais Deputados e telespectadores, a segunda questão é estarrecedora. Estou estarrecido por ver o Secretário-Geral do PT, por muitos anos, Sr. Sílvio Pereira, em entrevista a um jornal do Rio de Janeiro, de grande circulação nacional, dar todas as informações, com nomes e dados. Disse que o Presidente Lula, o Mercadante, o José Genoíno e o José Dirceu comandavam tudo. E não acontece nada. Estou encabulado. Não foi a Oposição que inventou ou manipulou. É gente lá de dentro, que controlava, segundo o Roberto Jefferson, parte significativa dos cargos desse governo, das estatais. Era ele quem definia quem ia ocupar determinado cargo.

Agora, ele vem a público, com medo de ser assassinado ou de represálias, denunciar tudo. Diz que o Presidente Lula estava envolvido. Não vimos o Presidente Lula dizer uma palavra. Neste momento, ele se porta como se fosse um autista. Não sei o que está acontecendo, já que o Presidente não percebe nada do que acontece.

Povo brasileiro e povo mineiro, este é o momento de fazermos uma profunda reflexão. A sociedade precisa discutir a questão do parlamento nacional, do Congresso Nacional. A cada semana, uma nova "pizza" é assada. A cada semana, há graves denúncias envolvendo corrupção e liberação de recursos. Parece que uma nova denúncia faz com que a última e a penúltima sejam esquecidas, e por aí afora. Este é o momento de a sociedade organizada discutir a realidade que estamos vivendo e sobre ela refletir. O povo brasileiro sonhou e precisa continuar sonhando. Alguém, maldosamente, afirmou que a esperança é a última que morre e que já morreu, mas não morreu, não. Como já disse, este é o momento de fazermos uma grande reflexão e indagar o que podemos fazer.

Este país não avançará se não fizermos uma reforma político-partidária verdadeira. Este país não avançará se não fizermos uma reforma tributária e fiscal. Este país não avançará se não melhorarmos a relação entre os Poderes e entre os entes da Federação. Para isso, é preciso que o País caminhe pelo menos numa normalidade; todavia, a cada dia, pessoas do próprio governo alimentam a desconfiança do povo brasileiro. Não é a Oposição que está fazendo isso, e sim as pessoas do governo. Quando Roberto Jefferson denunciou, era ele do governo, de confiança. Acertaram as coisas entre eles. Silvinho Pereira, Secretário-Geral do PT, era homem de confiança de Lula e José Dirceu.

Cada um deve assumir a sua cota de responsabilidade, mas não nos cabe calar. Cada um de nós deve ocupar o seu espaço de discussão, de reflexão, de avaliação. A imprensa e a Igreja são fundamentais nesse processo, assim como a sociedade organizada e os sindicatos. Este é o momento de se fazer uma profunda reflexão, caso contrário, continuaremos aceitando como normal aquilo que é uma aberração. A dança da Deputada Guadagnin refletiu bem este momento, em que, como diria o mineiro do interior, parecem caçoar, rir de nós e virar-se de costas para os reais interesses da sociedade brasileira. E assistimos a tudo estarrecidos. Essa reflexão deve ser feita.

Encerro dizendo que o Presidente Fernando Henrique, de quem sempre fui um crítico veemente neste Plenário, em entrevista concedida à TV Bandeirantes, afirmou que a única coisa boa que ficou deste governo foi absolutamente a continuação da mesmíssima política econômica que ele havia iniciado há oito anos.

Sr. Presidente, faço a metade do meu pronunciamento, que será completado provavelmente amanhã ou depois, porque acredito que esse tema deve ser discutido e debatido com presença maior de parlamentares. Seria bom que a Oposição e a Situação federal estivessem aqui e que a sociedade pudesse fazer o seu julgamento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.